



CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra
Estado de Mato Grosso

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 054/ASSEJUR/2025 **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: 06/2025**

EMENTA: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 143, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

Trata-se de projeto de lei complementar que visa alterar dispositivos e anexos da Lei Complementar nº 143/2009 (Institui a Estrutura Organizacional e o Plano de cargos, funções, carreiras e salários dos servidores da Câmara Municipal de Tangará da Serra). Entre as alterações, pretende-se a criação do cargo de Assessor Parlamentar da Presidência, prevendo uma vaga, excluindo-se uma vaga do cargo de Assessor Parlamentar II, com as conseqüentes alterações na estrutura e anexos; pretende-se ainda a inclusão dos parágrafos §3º e 4º do art. 25, *enquadrando os percentuais de acréscimo pela ocupação de cargos em comissão por servidores efetivos ou o exercício de funções gratificadas como de natureza indenizatória, determinando que tais valores não se incorporem ao vencimento mensal nem sejam auferidos nas situações de disponibilidade, cessão e aposentadoria, bem como alterando o organograma estrutural da Câmara Municipal. Passemos à análise.*

Com relação à competência e iniciativa não há óbice, eis que a matéria tratada no presente projeto enquadra-se na competência exclusiva da Câmara, com fundamento no artigo 53, § 2º, I e II, da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

*“Art. 53. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador, Mesa Diretora, Bancada ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº **48**/2006)*
(...)

§ 2º É da competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos Projetos de Lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II - fixação ou aumento de remuneração de seus servidores;

III - organização e funcionamento de seus serviços. (grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, encontra amparo no artigo 31, inciso I, do Regimento Interno, *“in verbis”*:

“Art. 31. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I - propor ao Plenário Projeto de Resolução que crie, alterem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixem as correspondentes remunerações iniciais;”(grifo nosso)

No que se refere à espécie normativa, também não encontramos óbice, vez que se busca alteração de lei complementar mediante projeto de lei complementar.



ASSESSORIA JURÍDICA

CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra
Estado de Mato Grosso

Quanto ao conteúdo normativo, tem-se que, por criar despesa, o projeto deverá observar o disposto no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o qual:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

No caso, o projeto atendeu ao disposto no artigo acima citado, estando acompanhado de estudo de impacto bem como de declaração do ordenador de despesas.

No mais, não vemos irregularidades, podendo o projeto prosseguir para apreciação plenária, a quem compete a análise do mérito.

É o parecer.

Tangará da Serra – MT, 24 de fevereiro de 2025.

ANITA LOIOLA
Procuradora Jurídica